

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2018/002

PROCESSO AD-08/2018

O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A, doravante denominado BANDES, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério "menor preço global por lote", por meio do site www.licitacoes-e.com.br, para **REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS E MATERIAIS DIVERSOS DIVIDIDOS EM 03 (TRÊS) LOTES**, conforme Processo nº AD-08/2018, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 02 publicada em 08/02/2018, nos termos da Lei 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei 8.666/1993, do Decreto 5.450//2005, Decreto estadual 1.790-R/2007, e do Decreto estadual 1.527-R/2005, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado.

1.3 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site **www.licitacoes-e.com.br**, opção "Acesso Identificado", observando a data e o horário limite estabelecidos, conforme indicado abaixo:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **ÀS 14 horas do dia 20/06/2018.**

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **ÀS 14 horas do dia 20/06/2018.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: **ÀS 14 horas do dia 03/07/2018.**

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **ÀS 14:30 horas do dia 03/07/2018.**

1.4 - Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelos do Edital

Anexo III – Exigências de Habilitação

Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto deste Pregão é o Registro de Preços de **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E MATERIAIS DIVERSOS, DIVIDIDO EM 03 (TRÊS) LOTES**, para posterior fornecimento, conforme especificações do Anexo I do presente Edital.

2.2 - O recebimento do objeto se fará na forma estabelecida no Anexo I do presente Edital e na ata de registro de preços.

3 - DA ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

3.1 - O BANDES será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

3.2 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, tudo em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 17 do Decreto Estadual 1.790/2007.

3.3 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

4.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

4.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

5 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

5.1 - A estimativa de consumo mínimo e máximo obedecerá ao disposto no Anexo I.

5.2 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas inerentes a este Pregão correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias do BANDES e dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

7 - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

7.1 - O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

8.1 - O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

9.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

10.2.1 - Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

10.2.2 - Estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, inciso III e IV da Lei 8.666/1993 e no art. 7º da Lei 10.520/2002, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;

10.2.3 - Sejam declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;

10.2.4 - Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

10.2.4.1 - Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

10.2.5 - Empresa ou grupo econômico do qual empregado ou membro dos órgãos da administração do BANDES, seja sócio, detenha participação acionária ou participe de alguma forma de sua administração;

10.2.6 - Empresa ou grupo econômico que esteja inadimplente com seus compromissos, decorrentes de financiamentos concedidos pelo BANDES, ou que tenha sido penalizada com a rescisão de contrato de fornecimento de bens ou prestação de serviços nos 02 (dois) anos anteriores à data prevista para a abertura da presente licitação;

10.2.7 - Que atue na forma de cooperativa;

10.2.8 - Não cumpram o disposto no art. 9º da Lei 8.666/1993.

11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

11.1.1 - Coordenar o processo licitatório;

11.1.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

11.1.3 - Conduzir a sessão pública na internet;

11.1.4 - Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

11.1.5 - Dirigir a etapa de lances;

11.1.6 - Verificar e julgar as condições de habilitação;

11.1.7 - Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

11.1.8 - Registrar os preços ofertados na Ata de Registro de Preços, desde que compatíveis com as condições estabelecidas neste edital;

11.1.9 - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

11.1.10 - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

12.1.1 - Cadastrar-se, previamente, junto a qualquer agência do Banco do Brasil no país para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras **www.licitacoes-e.com.br**;

12.1.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;



12.1.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

12.1.4 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

12.1.5 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

12.1.6 - Utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

12.1.7 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio;

12.1.8 - Submeter-se às exigências do Decreto Estadual 1.527-R/2010, do Decreto Estadual 2.849-R/2011, da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/1993, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

13 - DO CADASTRAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente cadastrados no sistema de licitações do Banco do Brasil, **www.licitacoes-e.com.br**, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O cadastramento dar-se-á pela atribuição de login e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do cadastrado.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.6 - O cadastramento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

14.2 - A impugnação deverá ser encaminhada para o e-mail pregao@bandes.com.br, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato “pdf”, ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

14.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

14.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital, devendo o pregoeiro prestar o esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.1.1 - O licitante vencedor deverá indicar a marca dos produtos oferecidos.

15.1.2 - A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução da ata de registro de preços.

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 - A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido nos **itens 17.4 e 17.5**, em conformidade com o modelo contido no ANEXO II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

15.7.1 - Digitá-la, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, à ata de registro de preços, das normas e critérios deste Edital;

15.7.2 - Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 - **Esta licitação será julgada sob o critério de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.**

16.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - Na fase competitiva da sessão pública, o tempo normal de disputa será encerrado por decisão do pregoeiro, o que deverá ser comunicado aos licitantes com antecedência mínima de 30 segundos, iniciando-se, após isso, o tempo aleatório de disputa no sistema.

16.14 - No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.15 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.16 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta.

16.17 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.18 - Logo após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.18.1 - A Administração declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;

16.18.2 - Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

16.18.3 - O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas neste edital;

16.18.4 - Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

16.19 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.20 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



17 - DA HABILITAÇÃO

17.1 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, exequibilidade e adequação.

17.2 - Constatado o atendimento quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, e quanto às exigências do edital, o licitante que ofertou o menor preço apresentará os documentos de habilitação e, após análise, será declarado vencedor, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

17.3 - A habilitação do licitante vencedor que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo pregoeiro.

17.4 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC/ES, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, ou caso algum dos documentos de habilitação registrados no CRC/ES já esteja vencido, deverão ser apresentados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do primeiro dia útil posterior à convocação feita pelo pregoeiro no sistema eletrônico, facultando-se o envio por e-mail.

17.5 - O licitante que houver optado por não apresentar certidão de cadastro no CRC/ES deverá apresentar todos os documentos e anexos exigidos para habilitação, em 48 (quarenta e oito) horas, contadas do primeiro dia útil posterior à convocação feita pelo pregoeiro no sistema eletrônico, facultando-se o envio por e-mail.

17.6 - Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para fins de formalização da contratação, mas o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de tal comprovação, mesmo que esta apresente alguma restrição, observadas as regras do Anexo III.

17.6.1 - O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

17.7 - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via e-mail, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encerramento da sessão de disputa e solicitação do pregoeiro.

17.8 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

17.9 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

17.10 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

17.11 - Quando verificada discrepância relevante entre o preço da menor oferta obtida no certame e aquele decorrente da negociação com o licitante remanescente, será facultado à Administração revogar o procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

18 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 - No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, enviados para o e-mail pregao@bandes.com.br ou registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato “pdf”. Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

18.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

19 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR A ATA

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o licitante vencedor de cada lote será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

20 - DAS PENALIDADES

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante ou adjudicatário que:

20.1.1 - Não assinar a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 - Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos;

20.1.4 - Apresentar documento falso;

20.1.5 - Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

20.1.6 - Não manter a proposta;

20.1.7 - Cometer fraude fiscal; ou

20.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo.

20.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 90 a 97 da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

20.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

20.3.1 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

20.3.2 - Impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos;

20.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto na ata de registro de preços ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

20.6 - As sanções por atos praticados durante a execução da ata de registro de preços estão previstas na ata de registro de preços ou no termo de referência.

21 - CONDOTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES

21.1 - O LICITANTE e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental, conforme estabelecido no item 17 da Minuta da Ata de Registro de Preços.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - A presente licitação está dividida em três lotes, sendo que o preço máximo admitido para cada lote é de:

Lote I – R\$ 44.068,85 (quarenta e quatro mil, sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) - Valor Global do Lote I.

Lote II – R\$ 13.752,75 (treze mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos) - Valor Global do Lote II.

Lote III – R\$ 118.299,45 (cento e dezoito mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos) - Valor Global do Lote III.

22.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da ata de registro de preços ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

22.4 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

22.5 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

22.6 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

22.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.8 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

22.9 - Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

22.9.1 - Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

22.10 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

22.12 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

22.13 - A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

22.14 - Poderá a autoridade competente, até a assinatura da ata de registro de preços, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

22.15 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.16 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

22.17 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vitória-ES, 19 de junho de 2018.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

Aquisição de materiais elétricos, materiais hidráulicos e materiais diversos, dividido em 03 lotes, visando atender as necessidades de manutenção do edifício sede do BANDES, conforme especificação e quantitativos descritos neste Anexo.

2 - DA JUSTIFICATIVA

O referido material destina-se a substituição daqueles que apresentam avarias pelo desgaste natural de tempo ou uso rotineiro. A manutenção predial e rotineira, e a substituição de ferramentas, peças e materiais são concomitantes e periódicas.

Suprimento do Setor de manutenção quanto às necessidades atuais e ocasionais de reposição de materiais relativos à manutenção predial, que incluem materiais de construção, material elétrico/eletrônico, hidráulico, sanitário etc, decorrentes das necessidades de manutenção predial que demandam os tipos de materiais elencados acima;

Registrar preços é uma alternativa devido a necessidade de contratações frequentes, com aquisição e entrega parceladas, conforme as necessidades que efetivamente se concretizem, sendo evidente que pela natureza e destinação do material não é possível definir com plena exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração, considerando, ademais, a ausência de condições de estocagem em grande quantidade de material, sem se falar nos riscos de perda decorrentes do armazenamento.

Visando uma futura substituição das lâmpadas tubulares fluorescentes optamos por registrar preços das lâmpadas LED em formato tubular, devido a elevada vida útil dessa tecnologia, que apesar de mais onerosa de imediato, ao longo do tempo representará economia, visto que haverá menor consumo de energia por lâmpada, menor custo de reposição com mão-de-obra de eletricista e eliminação dos reatores como equipamento essencial para o sistema de iluminação.

Os materiais solicitados neste Termo de Referência, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de **MATERIAIS COMUNS**, conforme definido no § 1º, do Art. 2º do Decreto nº 5.450/2005.

3 - DA ESPECIFICAÇÃO

3.1 - Os materiais pretendidos deverão atender às especificações, conforme detalhamento neste Termo de Referência.

4 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1.1 - Efetuar a entrega do material cotado no prazo de até **10 (dez) dias corridos** contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço;

4.1.2 - Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo de Referência;

4.1.3 - Comunicar ao BANDES, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

4.1.4 - Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(is) em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

4.1.5 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

4.1.6 - Apresentar a(s) fatura(s) discriminando o(s) material(is) fornecidos e respectivos preços;

4.1.7 - Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerente ao objeto do Pregão;

4.1.8 - **Possuir representação comercial nos limites da região metropolitana da Grande Vitória, visando ao melhor atendimento dos serviços a serem prestados.**

4.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.2.1 - Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;

4.2.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

4.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

5 - DA GARANTIA

5.1 - Os materiais deverão ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

6 - DOS LOCAIS DE ENTREGA

6.1 - Os materiais deverão ser entregues/prestados na sede do BANDES, endereço: Av. Princesa Isabel, 54, Centro, Vitória, ES, CEP: 29010-906.

7 - ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ACEITOS PELO BANDES

LOTE I - MATERIAL HIDRÁULICO E SIMILAR						
Item	Unid	Descrição	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário Máximo	Valor Total máximo
1	Pç	Ducha Higiênica, gatilho cromado, mangueira metálica de 1m, acabamento tipo cruzeta, material latão e superfície cromada, mecanismo cerâmico, acionamento de 1/4 de, marca de referência Fabrimar.	6	30	R\$ 221,23	R\$ 6.636,90
2	Pç	Mangueira para ducha higiênica cromada, tamanho mínimo 1,0 m, marca referência, Fabrimar.	3	15	R\$ 54,26	R\$ 813,90
3	Pç	Pistola para ducha higiênica, composição, metal e plásticos, cor branco/cromado, marca de referência Fabrimar.	6	30	R\$ 31,43	R\$ 942,90
4	Pç	Acabemaneto de válvula de descarga Flux, cor cromado / cromado com preto, marca de referência FABRIMAR.	3	15	R\$ 78,00	R\$ 1.170,00
5	Pç	Reparo completo da válvula de descarga, marca referêncica FABRIMAR, modelo Flux.	3	15	R\$ 123,50	R\$ 1.852,50
6	Pç	Válvula de descarga para mictório com acionamento eletrônico. Ideais para locais públicos. Acionamento automático após o uso garantindo economia de água e higiene completa. Tempo de descarga: 6 segundos.	2	10	R\$ 1.025,23	R\$ 10.252,30
7	Pç	Torneira eletrônica de banca Vision, acionamento eletrônico, com alimentação elétrica, equipada com válvula solenoide plástica. A	2	10	R\$ 802,20	R\$ 8.022,00

		torneira permanecerá aberta por tempo suficiente, sem que haja contato manual, garantindo economia de água e higiene completa.				
8	Pç	Foto célula toneira automática parede e mictório, marca de referência Fabrimar Código 01619	2	10	R\$ 131,00	R\$ 1.310,00
9	Pç	Circuito elétrico Acquamagic, marca de referência Fabrimar 110/220v, código 01186	2	10	R\$ 333,00	R\$ 3.330,00
10	Pç	Acionador Válvula solenóide elétrica, marca de referência Fabrimar, uso mictório eletrônico.	2	10	R\$ 92,33	R\$ 923,30
11	Pç	Torneira, modelo banca, acionamento manual, cromada, fechamento automático e arejador anti-vandalismo, embutido, marca referência Fabrimar.	3	15	R\$ 210,87	R\$ 3.163,05
12	Pç	Elemento Filtrante original para purificador de água Soft Everest linha Fit, Star, Plus e Slim, com certificação do Inmetro.	6	30	R\$ 89,63	R\$ 2.688,90
13	Pç	Elemento Filtrante, carvão ativado, sistema tripla filtração, tipo 200 CART, fixação rosca, altura 18 cm largura 8 cm, marca referência Aquaplast.	6	30	R\$ 30,26	R\$ 907,80
14	Pç	Elemento Filtrante, Original, C+3, tripla filtragem, compatível com os modelos de purificador de água marca IBBL, FR600 Speciale, FR600 Exclusive, FR600 Expert, FR600, FRQ600 Expert, FRQ600, vida útil aproximada 3.000l ou 6 meses.	6	30	R\$ 68,51	R\$ 2.055,30
VALOR MÁXIMO ACEITO PARA O LOTE I					R\$	44.068,85

LOTE II - MATERIAIS DIVERSOS						
Item	Unid	Descrição	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	Pç	Apoio para pés, mínimo 03 possibilidades de regulagem entre 6 e 12 cm de altura no mínimo, dimensões mínimas para apoio 28 x 39 cm, cor cinza ou preta, material da armação em ferro cromado ou aço, plataforma em plástico resistente, madeira ou aço, superfície antiderrapante revestida de borracha macia ou produto similar. Acabamento isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, marca do fabricante estampada no item.	6	30	R\$ 51,52	R\$ 1.545,60
02	Pç	Assento sanitário almofadado, arco liso com sobretampa brilhante de cobertura total, cor branca, modelo referência Astra Tpk/Asbr1.	6	30	R\$ 76,91	R\$ 2.307,30
03	Pç	Dispenser para papel toalha interfolhado com 2 ou 3 dobras em ABS, com fechadura e acompanhada de chave e de kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos, com dimensões aproximadas 29cm(A) X 25cm(L) X 12cm (P), marca referência JSN.	6	30	R\$ 34,95	R\$ 1.048,50
04	Pç	Lixeira higiênica em plástico na cor bege, com tampa basculante, capacidade 60 L, dimensões aproximadas , 41 x 31 x 74 cm , marca de referência Sanremo	6	30	R\$ 73,10	R\$ 2.193,00
05	Pç	Lixeira higiênica forma redonda, em prolipropileno na cor azul, capacidade aproximada 15 l, marca de referência Marfinite.	6	30	R\$ 24,04	R\$ 721,20
06	Pç	Lixeira higiênica em plástico na cor marfim, com tampa e pedal, capacidade aproximada 13,5 l, marca de referência Sanremo.	3	15	R\$ 49,26	R\$ 738,90

07	Pç	Saboneteira combinada com reservatório, mínimo de 800 ml, com fechadura e acompanhada de chave e de kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos, com dimensões aproximadas 29cm(A) X 12cm(L) X 11cm (P), marca referência JSN.	6	30	R\$ 28,13	R\$ 843,90
08	Pç	Reservatório para saboneteira, prático para repor caso ocorra vazamento na válvula ou entupimento.	6	30	R\$ 8,87	R\$ 266,10
09	Pç	Suporte acrílico para copos descartáveis (180/200mL) possuir garras (escova) em polietileno de baixa densidade que ajusta a saída do copo, frente injetada em poliestireno (Ps) cristal transparente, fundo em ABS branco e tampa em polipropileno acompanha fita dupla face para fixação na parede, medidas aproximada 40cm x 9 cm, marca referência JSN, modelo Cancum.	3	15	R\$ 31,25	R\$ 468,75
10	Pç	Tinta Látex PVA , embalagem 18 L.Diluição 50% por cada demão, composto por resina a base de dispersão aquosa de polímeros acrílicos e vinílicos, rendimento mínimo 300 m /demão, cor branco neve, certificação ISO 9001; Abrafati, marca de referência SUVINIL.	3	15	R\$ 241,30	R\$ 3.619,50
VALOR MÁXIMO ACEITO PARA O LOTE II					R\$	13.752,75

LOTE III - MATERIAIS ELÉTRICO E SIMILAR

Item	Unid	Descrição	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	Pç	Adaptador para uma tomada, NBR 14136, conecta equipamentos com plugue novo em tomadas do antigo padrão 15 A. – Marca de	20	200	R\$ 6,27	R\$ 1.254,00

		referência Ilumi – Bivolt Garantia 12 meses.				
02	Pç	Tomada para piso, cor preta, 2P+T, tensão máxima: 250V, corrente máxima: 10 A, NBR14136	6	30	R\$ 9,87	R\$ 296,10
03	Pç	Tomada para piso, cor preta, 2P+T, tensão máxima: 250V, corrente máxima: 20 A, NBR14136	6	30	R\$ 11,77	R\$ 353,10
04	Pç	Cabo flexível 2,5 mm ² , em rolos de 100 m cada um, produto certificado e aprovado pelas normas técnicas pertinentes, ABNT. Isolação de PVC, flexível e resistente à chama.	2	10	R\$ 86,94	R\$ 869,40
05	Pç	Cabo flexível 4,0 mm ² , em rolos de 100m cada um, produto certificado e aprovado pelas normas técnicas pertinentes, ABNT. Isolação de PVC, flexível, resistente à chama.	2	10	R\$ 138,79	R\$ 1.387,90
06	Pç	Extensão elétrica de 5 metros de comprimento com espaço para 3 tomadas, corrente máxima 10 A, plug de saída com 3 pinos (2P+T) e cordão paralelo 2x75mm.	3	15	R\$ 31,01	R\$ 465,15
07	Pç	Filtro de linha bivolt mínimo de 5 ou 6 tomadas, fusível 10A, comprimento do cabo de 1,50m, gabinete metálico, pintura epóxi, chave liga/desliga, tomadas NBR 14136, marca de referência Capte.	3	15	R\$ 36,42	R\$ 546,30
08	Pç	Fio paralelo de 2x2,5 mm ² , peça de 100 metros, cor branca.	2	10	R\$ 201,22	R\$ 2.012,20
09	Pç	Lâmpada Tubular Led, Bulbo T8, Base G13, de 18 a 20w, comprimento de	200	2000	R\$ 22,71	R\$ 45.420,00

		aproximadamente 1200 mm; temperatura de cor de no mínimo 6000k; vida útil de aproximadamente 40.000 Horas.				
10	Pç	Lâmpada Tubular Led, Bulbo T8, Base G13, de 18 a 20w, comprimento de aproximadamente 900 mm; temperatura de cor de no mínimo 6000k; vida útil de aproximadamente 40.000 Horas.	20	200	R\$ 27,20	R\$ 5.440,00
11	Pç	Lâmpada Led 9/10w, base lâmpada E27, forma da lâmpada A-100 convencional; tipo da lâmpada redonda bulbo, cor branco frio; 127 ou bivolt; temperatura da cor entre 6000 e 6500 k; grau de eficiência A.	50	500	R\$ 11,84	R\$ 5.920,00
12	Pç	Lâmpada Milho Led 3U / 4U de 12W , cor branco Frio 6000k 6500k, bocal E27, vida útil de aproximadamente 40.000 Horas; grau de eficiência A.	50	500	R\$ 16,57	R\$ 8.285,00
13	Pç	Lâmpada Tubular Led, Bulbo T8, Base G13, de 9 a 10w, comprimento de aproximadamente 600 mm; temperatura de cor de no mínimo 6000k; vida útil de aproximada 40.000 Horas.	100	1000	R\$ 17,73	R\$ 17.730,00
14	Pç	Lâmpada tubular; modelo, bulbo: t10 (33mm); potencia: 18/20w; base: g13; cor branca, temperatura da cor 5000 a 6000k, comprimento: 60 cm, marca de referência Philips.	50	500	R\$ 7,40	R\$ 3.700,00
15	Pç	Lâmpada tubular; modelo: bulbo t10 (33mm), potencia: 36/40 w, base g13, cor branca, temperatura da cor	50	500	R\$ 7,28	R\$ 3.640,00

		5000 a 6000k; comprimento: 120 cm; marca de referência Philips.				
16	Pç	Luminária de embutir tipo slim, LED de no mínimo 18W, luz branca fria, mínimo de 6000K, quadrada, medindo aproximadamente 22,5cm x 22,5cm, inclusive reator, em alumínio e acrílico leitoso, de embutir no gesso, com acabamento eletrostático, na cor branca. A moldura da luminária não deverá apresentar emendas, deverá ser em peça única. Marcas de referência: Marca de referência: Kian ou de melhor qualidade.	5	50	R\$ 38,27	R\$ 1.913,50
17	Pç	Luminária de embutir tipo slim, LED de no mínimo 24W, luz branca, mínimo de 6000K, quadrada, medindo aproximadamente 24 cm x 24 cm, inclusive reator, em alumínio e acrílico leitoso, de embutir no gesso, com acabamento eletrostático, na cor branca. A moldura da luminária não deverá apresentar emendas, deverá ser em peça única. Marcas de referência: Marca de referência: Kian ou de melhor qualidade.	3	30	R\$ 72,11	R\$ 2.163,30
18	Pç	Luminária de emergência: 30 leds, fluxo luminoso de autonomia mínima de até 3 horas (alta) e 6 horas (baixa), bivolt automático (110 e 220v), bateria recarregável selada, 30 leds com potencia de 2w. Função auto-off: acende quando a energia falha. Acompanhar cabo de energia.	5	50	R\$ 17,73	R\$ 886,50
19	Pç	Luminária LED, de embutir, tipo slim, de no mínimo 36W,	3	30	R\$ 142,22	R\$ 4.266,60

		luz branca fria, mínimo de 6000K, medindo 40cm x 40cm, inclusive reator, em alumínio e acrílico leitoso, de embutir no gesso, com acabamento eletrostático, na cor branca. A moldura da luminária não deverá apresentar emendas, deverá ser em peça única. Marca de referência Mbled ou de melhor qualidade.				
20	Pç	Soquete para lâmpada fluorescente tubular T8/T10, base G13, em policarbonato transparente, contatos em liga de cobre, rotor em PBT verde, uso luminárias Abalux, marca de referência Lucchi.	50	500	R\$ 3,10	R\$ 1.550,00
21	Pç	Soquete para lâmpada fluorescente tubular T8/T10, anti-vibratório, marca referência Lorenzetti.	100	1000	R\$ 1,92	R\$ 1.920,00
22	Pç	Sensor de presença parede interno bivolt , automático, 3 fios, lente 360°, com fotocélula , modelo fixo, parede, 3 fios, para qualquer tipo de lâmpada; fotocélula para diferenciar dia/noite, sensor de movimento e de detecção de claridade no local, modelo referência, Qualitronix - Qa25.	3	30	R\$ 32,90	R\$ 987,00
23	Pç	Sensor de presença 360°, automático, 3 fios, lente 360°, com fotocélula para embutir no gesso, modelo fixo, teto, 3 fios, para qualquer tipo de lâmpada; fotocélula para diferenciar dia/noite, sensor de movimento e de detecção de claridade no local, modelo referência, Qualitronix - QA19.	3	30	R\$ 38,58	R\$ 1.157,40

24	Pç	Bateria Alcalina 9V, não recarregável, aplicação elétrica, sistema eletroquímico alcalina, tensão nominal 9V. Marca: Duracell ou similares	20	200	R\$ 17,49	R\$ 3.498,00
25	Pç	Pilha alcalina, tamanho palito, voltagem 1,5 V, tipo alcalina, modelo AAA, embalagem com 02 pilhas Marca: Duracell ou similares.	20	200	R\$ 7,22	R\$ 1.444,00
26	Pç	Pilha alcalina, tamanho pequena, voltagem 1,5V, tipo alcalina, modelo AA, embalagem com 02 pilhas Marca: Duracell ou similares.	20	200	R\$ 5,97	R\$ 1.194,00
VALOR MÁXIMO ACEITO PARA O LOTE III					R\$	118.299,45

7.1 - Todos os produtos acima relacionados deverão ser de 1ª qualidade e sujeitos à prévia aprovação do BANDES, devendo ser entregues no depósito da empresa prestadora de serviço, localizado nas dependências do BANDES, recebidos e atestados pelo Fiscal da Ata.

7.2 - O BANDES se reserva ao direito de solicitar do licitante arrematante amostra dos produtos listados na proposta de preços para verificação da qualidade.

7.3 - Os produtos encaminhados deverão estar acompanhados das notas fiscais correspondentes.

7.4 - A licitante deverá indicar na proposta comercial a marca dos produtos acima solicitados e o seu preço unitário, **podendo fornecer produto de outra marca similar a especificada, desde que aprovado pelo fiscal do contrato.**

7.5 - O BANDES analisará a proposta de preços do licitante vencedor e não aceitará preços unitários dos materiais superiores aos orçados, sendo permitido a licitante vencedora realizar o ajuste necessário.

7.6 - Entende-se por marca similar o produto que possua qualidades iguais ou superiores às especificadas referente à marca registrada na proposta comercial.

8 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - A contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 28 do Decreto Estadual nº 1.527-R/2005 e artigo 24, §4º do Decreto Estadual nº 1790-R/2007, aplicando-se subsidiariamente o art. 7º da Lei 10.520/2002 e os artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, conforme o disposto:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos de por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, a incidir sobre o valor reajustado não atendido, caso a ata de registro de preços se encontre parcialmente executada.

8.1.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;

8.1.4. Na forma do art. 28 do Decreto nº 1.527-R, impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até (05) cinco anos.

8.2 - Caso ocorram mais de 05 (cinco) ocorrências de atraso na entrega dos materiais sem motivo justificado, a ata de registro de preços será cancelada a critério do BANDES, e aplicadas as demais sanções previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais hipóteses de rescisão previstas na lei 8.666/93.

8.3 - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

8.4 - As penalidades descritas nos itens 9.1.1 e 9.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as penalidades dos itens 9.1.2 e 9.1.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.5 - Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

9 - LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias após o início da vigência do Contrato.

9.2 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.2.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.2.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.3 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em

contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - FORMA DE PAGAMENTO

10.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Bandes, vedada a antecipação.

11 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES DO ORGÃO GESTOR

11.1 - A estimativa de quantidade, mínima e máxima bem como o valor apurado unitário e o total, encontra-se na planilha anexo ao Termo.

11.2 - O fornecedor obrigatoriamente deverá aceitar, desde que mantidas as condições das propostas, eventuais acréscimos e supressões, observados os limites fixados no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Elaborado por:

Aprovado por:

ANEXO II – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO Nº 2018/002

Empresa: (_____ Nome da Empresa_____)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação das marcas, quantidades, preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação (conforme Anexo III do Edital).

1.3 - Dados Complementares para Assinatura da ata de registro de preços.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento da mesma.

3 - Declaro, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente,

____ de _____ de 2018.

Identificação e assinatura

ANEXO II.B – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOME:

NÚMERO DE IDENTIDADE:

ÓRGÃO EMISSOR:

CPF:

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

Vitória, ____ de _____ de 2018

Assinatura e Carimbo

ANEXO II.C – MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ – MF Nº. _____,
sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, (salvo / nem) na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa licitante e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO III – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- (a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- (b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- (c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- (d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- (a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- (b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- (c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).
- (d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.
- (e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
- (f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

1.2.1 - Caso o objeto da ata de registro de preços venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora da ata de registro de preços, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.2 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.2.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

1.2.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

1.2.2.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

1.2.2.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

1.2.2.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

1.2.2.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

1.2.2.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(a) Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, produto igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador.

1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

(b) No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

(c) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

1.5 - DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CF

(a) Declaração de que inexistem, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999), conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

2.1 - Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual 2.394-R/2009 e demais normas complementares.

2.2 - Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2.

2.3 - Somente serão dispensados os documentos exigidos no item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade.

2.4 - Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória.

2.5 - O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (item 1.3) exigida.

2.6 - Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

2.7 - Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

3.1 - Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

3.2 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

(a) Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx>) ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

(b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

3.3 - Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

(a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/06;

(b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

(c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

(d) Cópia do contrato social e suas alterações; e

(e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

3.4 - Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar a ata de registro de preços, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

3.5 - O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no art. 93 da Lei 8.666/1993, quando for o caso.

3.6 - Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

3.7 - A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP nº ____/____
Pregão Eletrônico nº 2018/____
Processo nº _____

Pelo presente instrumento, BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A (BANDES), empresa de economia mista do Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.145.829.0001/00, com sede na av. Princesa Isabel, 54, Centro, Vitória, ES, CEP: 29010-906, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, sob nº. 2018/____, RESOLVE registrar os preços da empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 1.527-R/2005, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo A – Especificação dos preços;
- (b) Anexo B – Minuta de Ordem de Fornecimento;
- (c) o Edital e todos os seus Anexos;
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão incluídos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará o BANDES a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação,

assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.1.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

3.1.3 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata de registro de preços;

3.5.3.3 - Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento ao contrato, precedida de análise pela Gerência Jurídica do BANDES, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pelo BANDES, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - Não formalizar a ata decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - Incorrer em inexecução total ou parcial da ata decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte do BANDES, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima segunda deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.3 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.4 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pelo BANDES, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias do BANDES e dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para **receber a ordem de fornecimento no prazo de até 05 dias úteis**.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em

fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 - A entrega do objeto da ata de registro de preços dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias após o início da sua vigência.

9.2 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto da ata de registro de preços da seguinte forma:

9.2.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.2.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.3 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado na ata de registro de preços, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 - Os produtos ofertados deverão ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega do mesmo.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

(a) Efetuar a entrega do material cotado no prazo de **até 10 (dez) dias corridos** contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/serviço;

(b) Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas nos anexos deste Edital.

(c) Comunicar ao BANDES, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

(d) Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(is) em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

(e) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.

(f) Apresentar a(s) fatura(s) discriminando o(s) material(is) fornecidos e respectivos preços.

(g) Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerente ao objeto do Pregão.

(h) Aceitar, desde que mantidas as condições das propostas, eventuais acréscimos e supressões, observados os limites fixados no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

(i) Possuir representação comercial nos limites da Região Metropolitana da Grande Vitória, visando ao melhor atendimento dos serviços a serem prestados.

11.2 - Compete à Contratante:

(a) Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;

(b) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

(c) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos desta ata de registro de preços;

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução e a inexecução total ou parcial da presente ata de registro de preços sujeitará o licitante contratado à aplicação das seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa moratória de 0,3% (três décimos de por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, a incidir sobre o valor reajustado não atendido, caso a ata de registro de preços se encontre parcialmente executada.

c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e em ata e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a

proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

12.2 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ata de registro de preços e aplique as outras sanções previstas no edital e na Lei 8.666/1993.

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a” e “d” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas moratória e compensatória por perdas e danos (alíneas “b” e “c”).

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “d”, a autoridade competente submeterá sua decisão à Autoridade Máxima do Órgão, colegiada ou não, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pela Autoridade Máxima do Órgão, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o CONTRATANTE deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência da ata de registro de preços, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Gerência Jurídica do CONTRATANTE, quando disponível, ou da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, se for o caso.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas da ata de registro de preços;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão da ata de registro de preços, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução da ata de registro de preços, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA RESCISÃO

13.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

14 - DOS ADITAMENTOS

14.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Gerência Jurídica do BANDES.

15 - DOS RECURSOS

15.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

16 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1 - A execução da ata de registro de preços será acompanhada pelo(a) Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos, designado representante do BANDES nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

17 - CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES

17.1 - A DETENTORA DA ATA e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.

17.2 - Em atendimento ao disposto no item 17.1, a DETENTORA DA ATA obriga-se, inclusive, a:

17.2.1 - Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com esta ata de registro de preços, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

17.2.2 - Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto da presente ata de registro de preços, em situação de conflito de interesse;

17.2.3 - Observar o Código de Ética do BANDES vigente ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;

17.2.4 - Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

17.3 - Verificada uma das situações mencionadas no item 17.2.2, compete a DETENTORA DA ATA afastar imediatamente da execução da ata de registro de preços os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BANDES, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

17.4 - A DETENTORA DA ATA declara ter conhecimento do Código de Ética do BANDES, que poderá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bandes.com.br ou requisitado ao Gestor da ata de registro de preços.

17.5 - Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BANDES ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na internet (www.bandes.com.br) e telefone (0800.283.4202).

18 - DA ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

18.1 - O BANDES será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

3.2 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, tudo em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 17 do Decreto Estadual 1.790/2007.

3.3 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19 - DO FORO

19.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, ____ de _____ de 2018.

FORNECEDOR

ANEXO "A" DA ARP

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº, celebrada entre o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - BANDES e a empresas cujos preços estão a seguir registrados por lote/item, em face à realização do Pregão Eletrônico 2018/002.

LOTE I - MATERIAL HIDRÁULICO E SIMILAR						
Item	Unid	Descrição	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário	Valor Total
1	Pç	Ducha Higiênica, gatilho cromado, mangueira metálica de 1m, acabamento tipo cruzeta, material latão e superfície cromada, mecanismo cerâmico, acionamento de 1/4 de, marca de referência Fabrimar.	6	30		
2	Pç	Mangueira para ducha higiênica cromada, tamanho mínimo 1,0 m, marca referência, Fabrimar.	3	15		
3	Pç	Pistola para ducha higiênica, composição, metal e plásticos, cor branco/cromado, marca de referência Fabrimar.	6	30		
4	Pç	Acabemaneto de válvula de descarga Flux, cor cromado / cromado com preto, marca de referência FABRIMAR.	3	15		
5	Pç	Reparo completo da válvula de descarga, marca referência FABRIMAR, modelo Flux.	3	15		
6	Pç	Válvula de descarga para mictório com acionamento eletrônico. Ideais para locais públicos. Acionamento automático após o uso garantindo economia de água e higiene completa. Tempo de descarga: 6 segundos.	2	10		

7	Pç	Torneira eletrônica de banca Vision, acionamento eletrônico, com alimentação elétrica, equipada com válvula solenoide plástica. A torneira permanecerá aberta por tempo suficiente, sem que haja contato manual, garantindo economia de água e higiene completa.	2	10		
8	Pç	Foto célula toneira automática parede e mictório, marca de referência Fabrimar Código 01619	2	10		
9	Pç	Circuito elétrico Acquamagic, marca de referência Fabrimar 110/220v, código 01186	2	10		
10	Pç	Acionador Válvula solenóide elétrica, marca de referência Fabrimar, uso mictório eletrônico.	2	10		
11	Pç	Torneira, modelo banca, acionamento manual, cromada, fechamento automático e arejador anti-vandalismo, embutido, marca referência Fabrimar.	3	15		
12	Pç	Elemento Filtrante original para purificador de água Soft Everest linha Fit, Star, Plus e Slim, com certificação do Inmetro.	6	30		
13	Pç	Elemento Filtrante, carvão ativado, sistema tripla filtração, tipo 200 CART, fixação rosca, altura 18 cm largura 8 cm, marca referência Aquaplus.	6	30		
14	Pç	Elemento Filtrante, Original, C+3, tripla filtragem, compatível com os modelos de purificador de água marca IBBL, FR600 Speciale, FR600 Exclusive, FR600 Expert,	6	30		

		FR600, FRQ600 Expert, FRQ600, vida útil aproximada 3.000l ou 6 meses.				
VALOR TOTAL DA ATA – LOTE I					R\$	
OU						
LOTE II - MATERIAIS DIVERSOS						
Item	Unid	Descrição	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário	Valor Total
01	Pç	Apoio para pés, mínimo 03 possibilidades de regulagem entre 6 e 12 cm de altura no mínimo, dimensões mínimas para apoio 28 x 39 cm, cor cinza ou preta, material da armação em ferro cromado ou aço, plataforma em plástico resistente, madeira ou aço, superfície antiderrapante revestida de borracha macia ou produto similar. Acabamento isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, marca do fabricante estampada no item.	6	30		
02	Pç	Assento sanitário almofadado, arco liso com sobretampa brilhante de cobertura total, cor branca, modelo referência Astra Tpk/Asbr1.	6	30		
03	Pç	Dispenser para papel toalha interfolhado com 2 ou 3 dobras em ABS, com fechadura e acompanhada de chave e de kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos, com dimensões aproximadas 29cm(A) X 25cm(L) X 12cm (P), marca referência JSN.	6	30		
04	Pç	Lixeira higiênica em plástico na cor bege, com tampa basculante, capacidade 60 L, dimensões aproximadas , 41 x 31 x 74 cm , marca de referência Sanremo	6	30		
05	Pç	Lixeira higiênica forma redonda, em prolipropileno na cor azul, capacidade aproximada 15 l.	6	30		

		marca de referência Marfinite.				
06	Pç	Lixeira higiênica em plástico na cor marfim, com tampa e pedal, capacidade aproximada 13,5 l, marca de referência Sanremo.	3	15		
07	Pç	Saboneteira combinada com reservatório, mínimo de 800 ml, com fechadura e acompanhada de chave e de kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos, com dimensões aproximadas 29cm(A) X 12cm(L) X 11cm (P), marca referência JSN.	6	30		
08	Pç	Reservatório para saboneteira, prático para repor caso ocorra vasamento na válvula ou entupimento.	6	30		
09	Pç	Suporte acrílico para copos descartáveis (180/200mL) possuir garras (escova) em polietileno de baixa densidade que ajusta a saída do copo, frente injetada em poliestireno (Ps) cristal transparente, fundo em ABS branco e tampa em polipropileno acompanha fita dupla face para fixação na parede, medidas aproximada 40cm x 9 cm, marca referência JSN, modelo Cancum.	3	15		
10	Pç	Tinta Látex PVA , embalagem 18 L.Diluição 50% por cada demão, composto por resina a base de dispersão aquosa de polímeros acrílicos e vinílicos, rendimento mínimo 300 m /demão, cor branco neve, certificação ISO 9001; Abrafati, marca de referência SUVINIL.	3	15		
VALOR TOTAL DA ATA – LOTE II					R\$	

OU

LOTE III - MATERIAIS ELÉTRICO E SIMILAR

Item	Unid	Descrição	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário	Valor Total
------	------	-----------	---------------	---------------	----------------	-------------

01	Pç	Adaptador para uma tomada, NBR 14136, conecta equipamentos com plugue novo em tomadas do antigo padrão 15 A. – Marca de referência Ilumi – Bivolt Garantia 12 meses.	20	200		
02	Pç	Tomada para piso, cor preta, 2P+T, tensão máxima: 250V, corrente máxima: 10 A, NBR14136	6	30		
03	Pç	Tomada para piso, cor preta, 2P+T, tensão máxima: 250V, corrente máxima: 20 A, NBR14136	6	30		
04	Pç	Cabo flexível 2,5 mm ² , em rolos de 100 m cada um, produto certificado e aprovado pelas normas técnicas pertinentes, ABNT. Isolação de PVC, flexível e resistente à chama.	2	10		
05	Pç	Cabo flexível 4,0 mm ² , em rolos de 100m cada um, produto certificado e aprovado pelas normas técnicas pertinentes, ABNT. Isolação de PVC, flexível, resistente à chama.	2	10		
06	Pç	Extensão elétrica de 5 metros de comprimento com espaço para 3 tomadas, corrente máxima 10 A, plug de saída com 3 pinos (2P+T) e cordão paralelo 2x75mm.	3	15		
07	Pç	Filtro de linha bivolt mínimo de 5 ou 6 tomadas, fusível 10A, comprimento do cabo de 1,50m, gabinete metálico, pintura epóxi, chave liga/desliga, tomadas NBR 14136, marca de referência Capte.	3	15		
08	Pç	Fio paralelo de 2x2,5 mm ² ,	2	10		

		peça de 100 metros, cor branca.				
09	Pç	Lâmpada Tubular Led, Bulbo T8, Base G13, de 18 a 20w, comprimento de aproximadamente 1200 mm; temperatura de cor de no mínimo 6000k; vida útil de aproximadamente 40.000 Horas.	200	2000		
10	Pç	Lâmpada Tubular Led, Bulbo T8, Base G13, de 18 a 20w, comprimento de aproximadamente 900 mm; temperatura de cor de no mínimo 6000k; vida útil de aproximadamente 40.000 Horas.	20	200		
11	Pç	Lâmpada Led 9/10w, base lâmpada E27, forma da lâmpada A-100 convencional; tipo da lâmpada redonda bulbo, cor branco frio; 127 ou bivolt; temperatura da cor entre 6000 e 6500 k; grau de eficiência A.	50	500		
12	Pç	Lâmpada Milho Led 3U / 4U de 12W , cor branco Frio 6000k 6500k, bocal E27, vida útil de aproximadamente 40.000 Horas; grau de eficiência A.	50	500		
13	Pç	Lâmpada Tubular Led, Bulbo T8, Base G13, de 9 a 10w, comprimento de aproximadamente 600 mm; temperatura de cor de no mínimo 6000k; vida útil de aproximada 40.000 Horas.	100	1000		
14	Pç	Lâmpada tubular; modelo, bulbo: t10 (33mm); potencia: 18/20w; base: g13; cor branca, temperatura da cor 5000 a 6000k, comprimento: 60 cm, marca de referência	50	500		

		Philips.				
15	Pç	Lâmpada tubular; modelo: bulbo t10 (33mm), potencia: 36/40 w, base g13, cor branca, temperatura da cor 5000 a 6000k; comprimento: 120 cm; marca de referência Philips.	50	500		
16	Pç	Luminária de embutir tipo slim, LED de no mínimo 18W, luz branca fria, mínimo de 6000K, quadrada, medindo aproximadamente 22,5cm x 22,5cm, inclusive reator, em alumínio e acrílico leitoso, de embutir no gesso, com acabamento eletrostático, na cor branca. A moldura da luminária não deverá apresentar emendas, deverá ser em peça única. Marcas de referência: Marca de referência: Kian ou de melhor qualidade.	5	50		
17	Pç	Luminária de embutir tipo slim, LED de no mínimo 24W, luz branca, mínimo de 6000K, quadrada, medindo aproximadamente 24 cm x 24 cm, inclusive reator, em alumínio e acrílico leitoso, de embutir no gesso, com acabamento eletrostático, na cor branca. A moldura da luminária não deverá apresentar emendas, deverá ser em peça única. Marcas de referência: Marca de referência: Kian ou de melhor qualidade.	3	30		
18	Pç	Luminária de emergência: 30 leds, fluxo luminoso de autonomia mínima de até 3 horas (alta) e 6 horas (baixa), bivolt automático (110 e 220v), bateria recarregável selada, 30 leds com potencia de 2w. Função auto-off:	5	50		

		acende quando a energia falha. Acompanhar cabo de energia.				
19	Pç	Luminária LED, de embutir, tipo slim, de no mínimo 36W, luz branca fria, mínimo de 6000K, medindo 40cm x 40cm, inclusive reator, em alumínio e acrílico leitoso, de embutir no gesso, com acabamento eletrostático, na cor branca. A moldura da luminária não deverá apresentar emendas, deverá ser em peça única. Marca de referência Mbled ou de melhor qualidade.	3	30		
20	Pç	Soquete para lâmpada fluorescente tubular T8/T10, base G13, em policarbonato transparente, contatos em liga de cobre, rotor em PBT verde, uso luminárias Abalux, marca de referência Lucchi.	50	500		
21	Pç	Soquete para lâmpada fluorescente tubular T8/T10, anti-vibratório, marca referência Lorenzetti.	100	1000		
22	Pç	Sensor de presença parede interno bivolt , automático, 3 fios, lente 360°, com fotocélula , modelo fixo, parede, 3 fios, para qualquer tipo de lâmpada; fotocélula para diferenciar dia/noite, sensor de movimento e de detecção de claridade no local, modelo referência, Qualitronix - Qa25.	3	30		
23	Pç	Sensor de presença 360°, automático, 3 fios, lente 360°, com fotocélula para embutir no gesso, modelo fixo, teto, 3 fios, para qualquer tipo de lâmpada; fotocélula para diferenciar	3	30		

		dia/noite, sensor de movimento e de detecção de claridade no local, modelo referência, Qualitronix - QA19.				
24	Pç	Bateria Alcalina 9V, não recarregável, aplicação elétrica, sistema eletroquímico alcalina, tensão nominal 9V. Marca: Duracell ou similares	20	200		
25	Pç	Pilha alcalina, tamanho palito, voltagem 1,5 V, tipo alcalina, modelo AAA, embalagem com 02 pilhas Marca: Duracell ou similares.	20	200		
26	Pç	Pilha alcalina, tamanho pequena, voltagem 1,5V, tipo alcalina, modelo AA, embalagem com 02 pilhas Marca: Duracell ou similares.	20	200		
VALOR TOTAL DA ATA – LOTE III					R\$	

ANEXO “B” DA ARP – MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº ____ / ____.

Ref. Ata de Registro de Preços nº ____ / ____.

À
Empresa

--

Endereço:

--

CNPJ	Telefone	Fax
------	----------	-----

Autorizamos V.S.^a a fornecer o produto adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão Eletrônico nº 2017/014, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e sua proposta no Processo nº.

I – DO OBJETO

(TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTES NO ANEXO I)

Marca/referência: _____;

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
_____	_____	_____

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (somente em caso de adesão à ata de registro de preços)

Dotação Orçamentária: As despesas para aquisição dos produtos decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade: ____ – ____; Elemento de Despesa _____ do orçamento do órgão requisitante para o exercício de _____.

III – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), ____ de ____ de ____

Órgão

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), ____ de ____ de ____.

CONTRATADA